



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

## **Proposta .../2011**

### **Regulamento do Provedor do Inquilino Municipal**

**Pelouro: Habitação**

**Serviços e empresas: DMH e GEBALIS**

Considerando que o Município de Lisboa é proprietário de mais de vinte seis mil habitações, nas quais residem cerca de setenta e três mil munícipes que representam um quinto da população de Lisboa, sendo o maior proprietário e senhorio do Concelho de Lisboa.

Considerando que se visa assegurar que os munícipes residentes em habitação municipal possam ver reforçados os meios ao seu alcance que lhes permitam ver tutelados os seus direitos e interesses legalmente protegidos perante os órgãos, serviços e empresas municipais;

Considerando que a fim de se concretizar este propósito apresenta-se fundamental a criação de um órgão independente e imparcial relativamente a qualquer entidade municipal;

Considerando que pela Proposta 86/2011 a CML deliberou, em 23 de Março, submeter a consulta pública até 31 de Julho o Projecto de Regulamento do Provedor do Inquilino Municipal e que, pela Proposta 302/2011, a CML deliberou, em 25 de Maio, prorrogar o prazo da consulta pública até 30 de Junho;

Considerando que, após a análise dos resultados da consulta pública, que se traduziram em 1200 respostas ao inquérito expressamente formulado sobre os novos regulamentos, 533 comentários escritos e 288 presenças nas várias sessões realizadas, foram introduzidas alterações no Regulamento do Provedor do Inquilino Municipal, nomeadamente a possibilidade de as organizações de moradores serem ouvidas sobre o nome da personalidade a propor pela CML à AML;

**Assim, propõe-se que a Câmara delibere:**

**Aprovar para submissão à Assembleia Municipal**, ao abrigo do disposto no Artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos das seguintes normas legais: artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, alínea d) do Artigo 24.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, 2.ª parte da alínea c) do n.º 4 e alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e alínea a) do n.º 2 do



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **o Regulamento do Provedor do Inquilino Municipal.**

A Vereadora da Habitação

Helena Roseta

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2011



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

## **Regulamento do Provedor do Inquilino Municipal**

### **Nota Justificativa**

O papel dos Provedores, como figuras que têm por missão receber críticas, sugestões e reclamações e agir em defesa imparcial da comunidade, provém da experiência sueca, onde no século XIX foi criado o “Ombudsman” para limitar os poderes do rei.

Em Portugal, a Constituição da República Portuguesa de 1976 criou a figura do Provedor de Justiça, um cargo independente com dignidade constitucional. Desde então têm surgido diversas experiências de provedores, quer ao nível público, quer ao nível privado.

A criação do Provedor do Inquilino Municipal visa disponibilizar um novo meio que garanta e promova, ao nível institucional, a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos inquilinos de habitações municipais perante os órgãos, serviços e empresas do Município de Lisboa.

Considerando que o Município de Lisboa é proprietário de mais de vinte seis mil habitações, nas quais residem cerca de setenta e três mil munícipes que representam um quinto da população de Lisboa, a criação do Provedor do Inquilino Municipal apresenta-se plenamente justificada por reforçar os meios de defesa dos direitos dos inquilinos e assegurar um maior controlo e transparência da actividade administrativa.

Nos termos do presente Regulamento, a figura do Provedor caracteriza-se, essencialmente, pela autonomia e imparcialidade face aos órgãos municipais, que decorre, desde logo, do facto da sua escolha competir à Assembleia Municipal de Lisboa, ou seja, no âmbito do órgão fiscalizador dos órgãos e empresas municipais.

A sua independência alicerça-se ainda nos elevados critérios de escolha, devendo recair obrigatoriamente num cidadão que goze de reconhecida reputação de integridade moral e cívica, eleito por uma maioria qualificada de dois terços dos membros da Assembleia Municipal.

A actividade do Provedor deve caracterizar-se pela flexibilidade de actuação, dispensando formalidades desnecessárias, designadamente prazos rígidos, pela gratuitidade, detendo exclusivamente poderes de recomendação com vista a prevenir ou corrigir os erros ou omissões detectadas.

Trata-se, assim, de um órgão unipessoal, autónomo, imparcial, desprovido de poderes injuntivos nas suas decisões e com competência “fiscalizadora” circunscrita ao Município de Lisboa.

O estatuto do Provedor do Inquilino Municipal que ora se pretende regulamentar inspirou-se nos estatutos de provedores municipais criados por diversos municípios, nomeadamente o Município de Cascais.

Prevê-se, por conseguinte, que a criação do Provedor do Inquilino Municipal se torne num meio adicional de defesa dos direitos e interesses legítimos dos inquilinos municipais, assegurando uma capacidade de resposta célere e eficaz às questões suscitadas.

### **Preâmbulo**

O Município de Lisboa é proprietário de mais de vinte e seis mil habitações, nas quais residem cerca de setenta e três mil munícipes que representam um quinto da população de Lisboa, sendo o maior proprietário e senhorio do Concelho de Lisboa.

Pretende-se assegurar que os munícipes residentes em habitação municipal possam ver reforçados os meios ao seu alcance que lhes permitam ver tutelados os seus direitos e interesses legalmente protegidos perante os órgãos, serviços e empresas municipais.



## C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

A fim de se concretizar este propósito apresenta-se fundamental a criação de um órgão independente e imparcial relativamente a qualquer entidade municipal.

### **Regulamento do Provedor do Inquilino Municipal**

#### **Artigo 1.º**

##### **Provedor do Inquilino Municipal**

O Provedor do Inquilino Municipal tem por função garantir a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos inquilinos municipais perante os órgãos municipais, os serviços municipais e as empresas municipais de Lisboa, nomeadamente a GEBALIS, EEM.

#### **Artigo 2.º**

##### **Autonomia e Imparcialidade**

O Provedor do Inquilino Municipal exerce a sua actividade com autonomia e imparcialidade face aos órgãos municipais e aos partidos políticos ou movimentos de cidadãos.

#### **Artigo 3.º**

##### **Condições de elegibilidade**

O Provedor do Inquilino Municipal deve reunir todas as condições de elegibilidade previstas na lei para os membros dos órgãos municipais e gozar de reconhecida reputação de integridade moral e cívica.

#### **Artigo 4.º**

##### **Incompatibilidades**

O exercício do cargo de Provedor do Inquilino Municipal é incompatível com o exercício de funções como dirigente municipal, como membro dos órgãos dirigentes de empresa municipal, como fornecedor ou prestador de serviços da CML e como autarca eleito, estando sujeito às incompatibilidades consagradas no Estatuto do Eleito Local.

#### **Artigo 5.º**

##### **Remuneração**

O Provedor do Inquilino Municipal desempenha a sua actividade a título gratuito, ou em regime de exclusividade, auferindo, neste caso um abono correspondente a 50% da remuneração base do Presidente da Câmara.

#### **Artigo 6.º**

##### **Eleição**

O Provedor do Inquilino Municipal é eleito pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, [ouvidas as associações representativas dos moradores em habitações municipais](#), necessitando de recolher a votação favorável de, pelo menos, dois terços dos membros em efectividade de funções.

#### **Artigo 7.º**

##### **Posse**

O Provedor do Inquilino Municipal toma posse perante o Presidente da Assembleia Municipal.

#### **Artigo 8.º**



## C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

### Mandato

1. O mandato do Provedor do Inquilino Municipal coincide com o mandato da Câmara Municipal, não podendo ser renovado por mais de uma vez.
2. A eleição do Provedor do Inquilino Municipal tem lugar nos noventa dias seguintes à instalação da nova Câmara Municipal ou à vacatura do cargo, caducando o mandato por falta de eleição do mesmo no prazo estabelecido.

### Artigo 9.º

#### Cessação de Mandato

As funções do Provedor do Inquilino Municipal cessam antes do quadriénio nos seguintes casos:

- a) Morte ou impossibilidade física permanente;
- b) Perda dos requisitos de elegibilidade fixados para os candidatos aos órgãos das autarquias locais;
- c) Renúncia, através de carta dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal;
- d) Destituição fundamentada, aprovada pela Assembleia Municipal, por maioria qualificada de dois terços dos seus membros em efectividade de funções.

### Artigo 10.º

#### Competências

Compete ao Provedor do Inquilino Municipal:

- a) Receber queixas e reclamações relativamente aos órgãos e serviços municipais e à empresa municipal GEBALIS, EEM em matéria de gestão do parque habitacional, operações de realojamento e desocupação de habitações municipais;
- b) Emitir pareceres, recomendações e sugestões no âmbito das suas competências, enviando-os ao Presidente da Câmara e ao Vereador com o pelouro da Habitação, com conhecimento à Assembleia Municipal;
- c) Dar informação, por solicitação da Assembleia Municipal, sobre quaisquer matérias relacionadas com a sua actividade;
- d) Elaborar semestralmente um relatório da sua actividade, remetendo-o à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.

### Artigo 11.º

#### Dever de Colaboração

1. As entidades referidas no artigo 1.º devem prestar ao Provedor do Inquilino Municipal toda a colaboração que lhes for solicitada para o bom desempenho das suas funções.
2. O Provedor do Inquilino Municipal pode fixar por escrito prazo de resposta, não inferior a dez dias úteis, para satisfação das questões solicitadas às entidades previstas no artigo 1.º.
3. O Provedor do Inquilino Municipal tem acesso a todos os dados e documentos municipais, dentro dos limites da lei, e pode deslocar-se livremente aos locais de funcionamento dos serviços.
4. O Provedor do Inquilino Municipal pode solicitar a intervenção da Assembleia Municipal, da Câmara ou do Presidente da Câmara Municipal, caso as entidades referidas no artigo 1.º não dêem resposta às questões por ele suscitadas, dentro do prazo estabelecido no n.º 2 deste artigo.

### Artigo 12.º

#### Iniciativa

O Provedor do Inquilino Municipal exerce as suas funções mediante queixa ou reclamação dos interessados ou por iniciativa própria, relativamente a factos que por qualquer modo ou forma cheguem ao seu conhecimento e justifiquem a sua intervenção.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Artigo 13.º**

Dever de Resposta

1. As queixas e reclamações podem ser apresentadas por escrito ou oralmente, mediante a devida identificação dos seus autores.
2. As queixas e reclamações apresentadas oralmente devem ser reduzidas a escrito e assinadas pelos próprios sempre que saibam e possam fazê-lo, **devendo ser entregue cópia ao queixoso.**
3. Devem ser comunicadas ao queixoso ou reclamante, pelo Provedor do Inquilino Municipal, no prazo máximo de trinta dias úteis, as diligências efectuadas e eventuais conclusões.

**Artigo 14.º**

Limites de Intervenção

1. O Provedor do Inquilino Municipal aprecia as reclamações sem poder decisório, dirigindo aos órgãos municipais competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar as falhas detectadas.
2. O Provedor do Inquilino Municipal não tem competência para anular, revogar ou modificar quaisquer tipos de actos das entidades referidas no artigo 1.º e a sua intervenção não suspende o decurso de prazos, designadamente os de reclamação ou recurso hierárquico, nem os de impugnação contenciosa.

**Artigo 15.º**

Gabinete do Provedor do Inquilino Municipal

1. Para o desempenho das suas funções, o Provedor do Inquilino Municipal dispõe de serviços de apoio técnico e administrativo próprios, cabendo à Câmara Municipal dotá-los de meios humanos e logísticos, por sua solicitação.
2. O exercício de funções **no** Gabinete do Provedor é incompatível com o exercício de funções como autarca eleito, como dirigente municipal ou como membro dos órgãos dirigentes de empresa municipal.

**Artigo 16.º**

Encargos

No Orçamento Municipal devem ser inscritas verbas para a prossecução das funções do Provedor do Inquilino Municipal e respectivo apoio.

**Artigo 17.º**

Interpretação e Integração do Regulamento

1. A interpretação do presente Regulamento, bem como a integração de lacunas e a resolução de casos omissos, cabe à Assembleia Municipal.
2. Nos casos omissos é aplicável, subsidiariamente, o Código do Procedimento Administrativo.

**Artigo 18.º**

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação no Boletim Municipal.